



# BOLETIM DEPE

Agosto de 2022



PUC-SP

Programa de Pós Graduação em Economia Política

Departamento De Economia

DEPE

Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Econômico e Política Econômica

Ano VII, número 50



## Nesta Edição

Brasil: Atividade Econômica.....	2
IBC-Br .....	2
Serviços.....	3
Comércio.....	4
Mercado de Trabalho.....	5
Inflação .....	7
Crédito .....	9
Sistema Financeiro Nacional.....	9
Crédito: Mercado de Capitais .....	10
Contas Nacionais .....	15
Contas Externas.....	15
Política .....	19
Economia de Francisco.....	20
Cesta Básica .....	20
Cesta Básica Mensal.....	20
Microcrédito .....	22



## Brasil: Atividade Econômica

### IBC-Br

Após 2 recuos seguidos (-0,52% e -0,26% em abril/22 e maio/22 respectivamente) o IBC-Br apresentou alta em junho/22 de 0,69%. Com isso o indicador apresentou alta de 0,57% na comparação trimestral, evidenciando a perda de dinamismo da economia, que havia crescido 1,12% no 1T22 na mesma base de comparação. Esse valor na comparação trimestral é o mais baixo desde o 3T21 quando cresceu 0,09%.

Com a alta mensal, o índice chegou a 143,09 pontos em junho/22, 1,79% superior ao verificado em fevereiro de 2020, último mês antes da covid-19 chegar no Brasil e ainda -3,80% abaixo dos 148,74 pontos verificados em dezembro de 2013, o melhor mês da série histórica. No ano o indicador aponta alta de 2,16%, sendo o 6º mês seguido onde o índice neste tipo de comparação apresenta recuo, em janeiro/22 esse valor era de 4,77%. Esses dados referem-se a série dessazonalizada.

Na série observada houve queda de -0,27% na comparação mensal, com alta de 3,09% se comparado ao mesmo mês de 2021. Na tabela abaixo é possível verificar essas e outras comparações:

**IBC-BR Maio de 2022**

	Observado	Dessazonalizado
Junho22/Maio22	-0,27%	0,69%
Junho22/Junho21	3,09%	3,16%
Trimestre/trimestre	2,37%	0,57%
Trimestre/trimestre ano anterior	2,96%	2,76%
No ano	2,24%	2,01%
12 meses	2,18%	2,16%

Fonte: BCB. Elaboração: DEPE-PUCSP

Dado este cenário, o Boletim Focus (12/08) estima alta de 2,00% do PIB para 2022 (7ª revisão seguida para cima, justamente por conta das medidas fiscais recentemente aprovadas), 0,41% para 2023 e 1,80% para 2024.

**Rodolfo Viana – Economista e Mestre em Economia Política – PUC/SP**



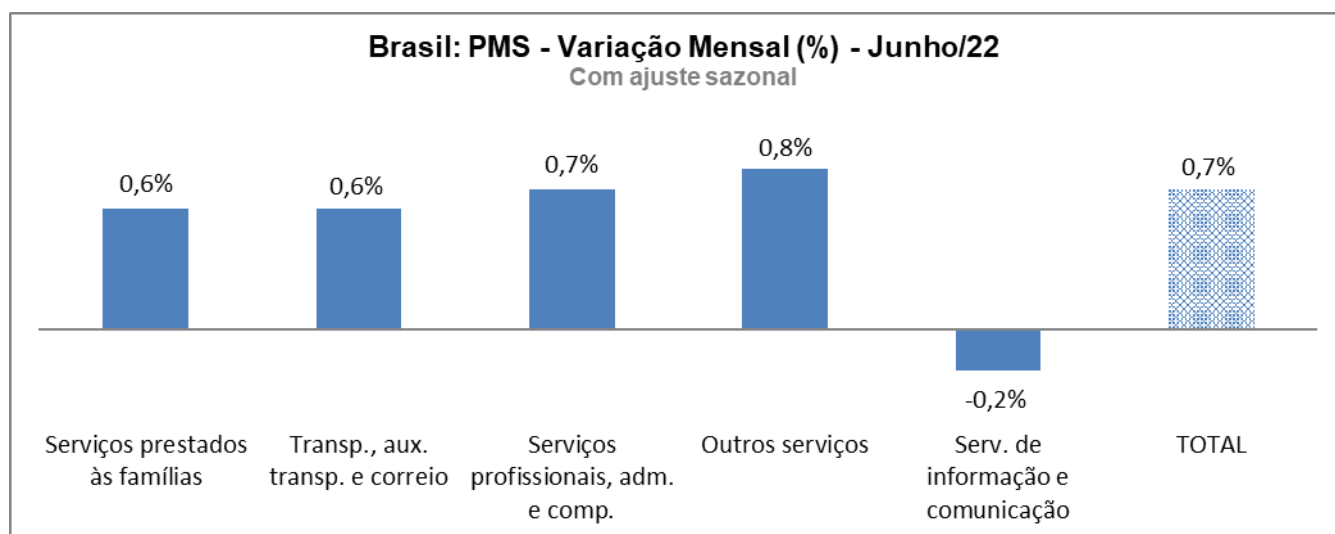
## Serviços

O IBGE registrou expansão de 0,7% do volume total de serviços, em junho/22, em comparação com o mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais. Dessa forma, o setor de serviços se encontra 7,5% acima do nível pré-pandemia de COVID-19. Em comparação com igual mês do ano passado, a pesquisa registrou alta de 6,3%.

O resultado foi alcançado devido a expansão de quatro das cinco categorias pesquisadas. Por ordem de magnitude de taxa, a categoria outros serviços, que contemplam mais de 30 atividades, entre elas, transações de imóveis próprios, manutenção e reparação de veículos automotores variou positivamente 0,8%, seguido por serviços profissionais, administrativos e complementares, com 0,7% de alta. Esta categoria engloba, entre outras atividades, aluguéis de maquinários e seleção de mão-de-obra de apoio às empresas. Os serviços prestados às famílias, como os de alojamento e alimentação, atividades culturais, esportivas e serviços de educação não continuada tiveram aumento de 0,6%, assim como os transportes e serviços auxiliares ao transporte. A única atividade pesquisada que variou negativamente (-0,2%) foram os serviços de informação e comunicação.

Em termos regionais, 10 das 27 unidades da federação alcançou variação positiva em junho/22 em comparação com o mês imediatamente anterior. Os maiores impactos para a pesquisa vieram do Rio de Janeiro (2,4%), seguido por Paraná (2,5%), Rio Grande do Sul (2,1%) e São Paulo (0,2%). Por outro lado, Minas Gerais, com -3,0%, foi destaque negativo do mês.

No agregado especial das atividades turísticas, houve redução de 1,8% no valor total de serviços contratados no país. Por magnitude de taxa, o resultado negativo refletiu as baixas no Espírito Santo (-6,6%), Distrito Federal (-3,3%), Pernambuco e São Paulo (-2,2%).



Fonte: IBGE

**Andrey G. Barbato – Economista e Mestre em Economia Política – PUC/SP**



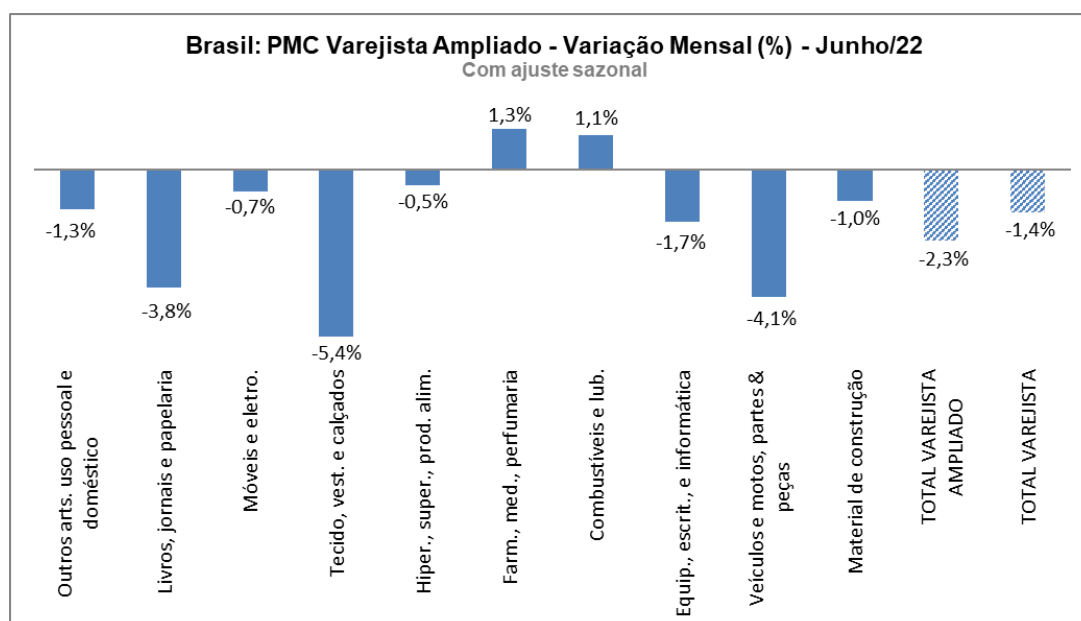
## Comércio

Segundo o IBGE, o volume total de vendas no varejo registrou retração de 1,4% em junho/22, em comparação com o mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais. No varejo ampliado, que inclui os setores de veículos, motos partes & peças e material de construção, o resultado também ficou negativo (-2,3%). Com estes resultados, a média móvel trimestral de ambos os índices fecharam o trimestre com recuo de 0,4% e 1,0% respectivamente.

Em termos setoriais, apenas uma das dez categorias pesquisadas apresentou crescimento. Artigos farmacêuticos, médicos ortopédicos e de perfumaria aumentaram suas vendas em 1,3%. Os destaques negativos ficaram por conta dos setores que seguem. Tecidos, vestuários e calçados recuaram (-5,4%), veículos, motos partes & peças (-4,1%), e livros, jornais, revistas e papelaria (-3,8%). Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, categoria que detêm o maior peso da pesquisa, também teve desempenho ruim (-0,5%).

Por região, as taxas negativas tiveram ampla predominância – em 23 das 27 unidades da federação foi observada retração do volume total de vendas do varejo ampliado. Apenas Mato Grosso do Sul (1,2%), Mato Grosso (1,0%), Pernambuco (0,5%) e Goiás (0,4%), registraram expansão. Por outro lado, os destaques negativos ficaram por conta de São Paulo (-2,9%), Distrito Federal (-4,3%) e Minas Gerais (-4,6%).

O ICVA – Índice Cielo do Varejo Ampliado, que faz a comparação com o igual mês do ano anterior, portanto, sem necessidade de ajuste sazonal, é utilizado por este boletim como prévia da PMS/IBGE, dado que os dados apresentados já são relativos ao mês de julho/22. Após registrar 20,5% de aumento em abril/22, os dados apontam desaceleração pelo terceiro mês consecutivo. A evolução em julho/22 ficou em 0,7%, na série deflacionada. A tendência é de queda, e o indicador pode apresentar o primeiro resultado negativo desde outubro/21.





## Mercado de Trabalho

---

### **Novo CAGED Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**

Segundo os últimos dados divulgados do Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), no mês de junho de 2022, foi registrado saldo de 277.944 postos formais de trabalho (resultado de 1.898.876 admissões e de 1.620.932 desligamentos). No estoque total de vínculos de trabalho temos de 42.013.146 contratos formais.

Com relação aos setores econômicos, observou-se saldo positivo em todos setores: Serviços (+124.534), Construção Civil (+30.257), Indústria Geral (+41.517) e Comércio (47.176), e Agropecuária (34.460).

No recorte regional, temos: Sudeste (+137.228), Sul (+31.774), Centro Oeste (+34.263), Norte (+21.780) e Nordeste (+52.122).

### **Perfil de Contratações:**

- Homens 163.434 (58,8%) e mulheres 114.510 (41,2%)
- O salário médio de admissão foi de R\$ 1.922,77 (variação de 0,68% em relação ao mês anterior).

### **Reforma Trabalhista:**

Em março, foram celebrados 18.434 desligamentos por acordo entre empregado e empregador.

O saldo de contratações por contrato de trabalho intermitente foi de 7.390 empregos. Para os contratos de trabalho em regime parcial, o saldo observado no período foi de 2.642.

### **PNAD Contínua**

De acordo com os últimos dados divulgados na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), para o trimestre móvel de abril, maio e junho de 2022, o número de desocupados atingiu cerca de 10 milhões de pessoas, redução de 1,8 milhão pessoas (15,6%) em relação ao trimestre imediatamente anterior, e de 4,7 milhões pessoas (32%) na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior. A taxa de desocupação ficou em 9,3%, queda de 1,8 p.p. sobre o trimestre anterior, e 4,9 p.p. na comparação com 2021.

No trimestre móvel terminado em junho de 2022 houve aumento de 1,1 milhão pessoas na força de trabalho (1%) na comparação com o trimestre anterior. Em relação ao mesmo trimestre de



2021 há expressivo aumento de cerca de 4,1 milhões de pessoas (4%). A população fora da força de trabalho sofreu redução de 735 mil pessoas em relação ao trimestre anterior, e queda mais expressiva, de cerca de 2,5 milhões pessoas (3,8%) sobre 2021.

O número de ocupados cresceu 3,1% ou cerca de 3 milhões de pessoas, na comparação com o trimestre imediatamente anterior e 9,9%, cerca de 9 milhões de pessoas, em relação ao mesmo trimestre de 2021. Entre as diferentes ocupações, em relação ao trimestre anterior, o destaque foi o crescimento de 6,8% (827 mil pessoas) no emprego sem carteira assinada no setor privado, seguido pelo empregado com carteira no setor privado (2,6%).

Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano passado, os destaques de variações positivas foram no emprego doméstico sem carteira de trabalho assinada com 3,6 milhões de pessoas (11,5%), seguido pelo empregado no setor privado sem carteira assinada com 23% (2,4 milhões de pessoas) e no conta própria (11,5%).

O total de pessoas subutilizadas (pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial) alcançou o contingente de 24,7 milhões de pessoas, queda de 7,7% (cerca de 2,2 milhões de pessoas) sobre o trimestre imediatamente anterior, já na comparação com o mesmo trimestre de 2021 a queda é de cerca de 7,8 milhões de pessoas (24,1%).

Em relação ao rendimento habitual do trabalho, a média real de todos os trabalhos (R\$ 2.652), estável sobre o trimestre imediatamente anterior, queda de 5,1% na comparação com o mesmo trimestre de 2021, reflexo da alta da inflação e do crescimento de ocupações com menor remuneração, como o emprego sem carteira e o conta própria. A massa real de rendimentos totalizou R\$ 255,7 bilhões, aumento de 4,4% na comparação com o trimestre anterior e 4,8% em relação ao mesmo trimestre de 2021.

#### Mercado de trabalho – Indicadores selecionados

Posição no mercado de trabalho/Período	abr-mai-jun 2021	jan-fev-mar 2022	abr-mai-jun 2022	Trim. Atual/Trim. Anterior(%)	Diferença	Trim. Atual/Trim. igual ano anterior (%)	Diferença
Na força de trabalho	104.216	107.224	108.349	1,0	1.125	4,0	4.133
Ocupadas	89.384	95.275	98.269	3,1	2.994	9,9	8.885
Desocupadas	14.832	11.949	10.080	-15,6	-1.869	-32,0	-4.752
Fora da força de trabalho	67.270	65.454	64.719	-1,1	-735	-3,8	-2.551
Subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas	7.644	6.509	6.569	0,9	60	-14,1	-1.075
Na força de trabalho potencial	10.126	8.354	8.087	-3,2	-267	-20,1	-2.039
Desalentadas	5.505	4.594	4.265	-7,2	-329	-22,5	-1.240
Desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial	32.601	26.812	24.736	-7,7	-2.076	-24,1	-7.865
Empregado C/ carteira setor privado	32.098	34.875	35.782	2,6	907	11,5	3.684



Empregado S/ carteira setor privado	10.605	12.216	13.043	6,8	827	23,0	2.438
Emprego doméstico	4.906	5.608	5.856	4,4	248	19,4	950
Setor público	11.459	11.262	11.865	5,4	603	3,5	406
Empregador	3.719	4.096	4.237	3,4	141	13,9	518
Conta própria	24.643	25.283	25.714	1,7	431	4,3	1.071
Conta própria com CNPJ	5.766	6.223	6.428	3,3	205	11,5	662
Conta própria sem CNPJ	18.877	19.061	19.286	1,2	225	2,2	409
Trab. familiar auxiliar	1.955	1.935	1.772	-8,4	-163	-9,4	-183
Rendimento real médio (R\$)	2.794	2.625	2.652	1,0	27	-5,1	-142
Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$ milhões)	244.044	244.875	255.707	4,4	10.832	4,8	11.663

Fonte: IBGE – PNAD Contínua

**Ana Paula Negreli Persici Vassallo, advogada e mestre em Economia Política pela PUC-SP**  
**Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP**

## Inflação

### IPCA

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA - registrado em julho de 2022 apresentou uma variação de -0,68%. Entre todos os nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, apenas dois apresentaram deflação no período, sendo eles: Transporte (-4,51%) e Habitação (-1,05%).

O recuo no grupo Transportes está relacionado diretamente com a redução do preço dos combustíveis, que apresentou uma variação de -14,15% no período. O motivo dessa redução está no início do cumprimento da Lei 194/2022, que determinou limites de alíquotas de ICMS para combustíveis, comunicação, transporte coletivo e também para o de energia elétrica. Nesse último setor, o preço da energia elétrica residencial apresentou redução de 5,78%.

Em sentido oposto, destaca-se o aumento no grupo Alimentos e Bebidas, que oscilou positivamente em 1,30%, sendo puxado principalmente pelo aumento da alimentação no domicílio, que apresentou crescimento de 1,47% em julho/22, com destaque para a variação no preço do leite longa vida (+25,46%).

Nos últimos doze meses o IPCA acumula alta 10,07%; e apenas nos primeiros sete meses de 2022, alta de 4,77%.

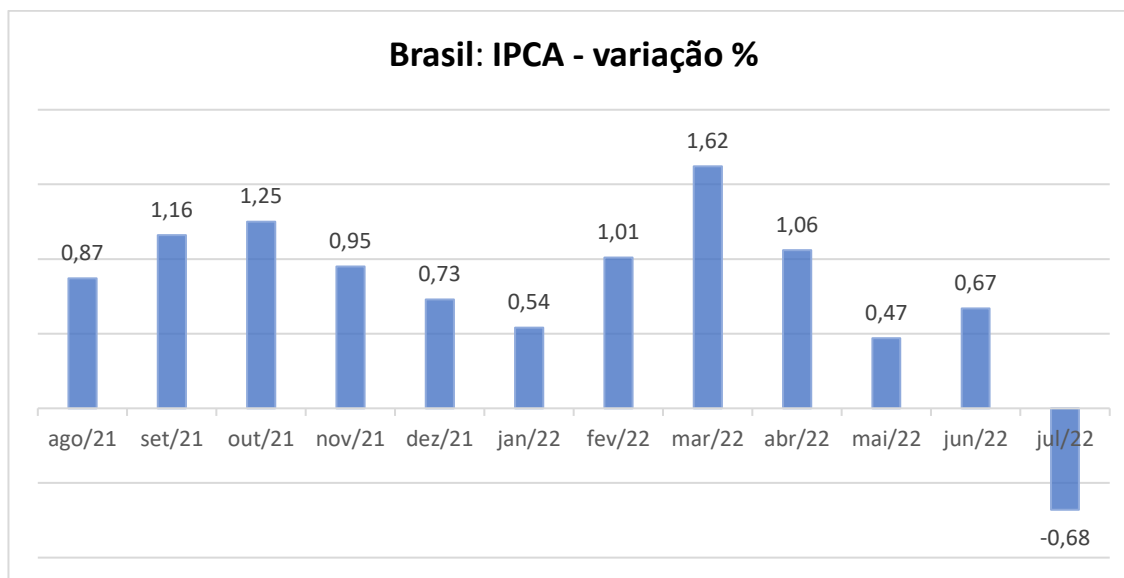
A última edição do Boletim Focus, finalizada no dia 12/08/2022, prevê uma inflação de 7,02% para esse ano. Essa projeção vem sendo reduzida semanalmente desde a sanção da Lei Federal 194/2022.

Embora esteja havendo redução, ainda é uma redução pequena e que não atinge todas as famílias brasileiras, principalmente as mais pobres, que praticamente tudo aquilo que é consumido





por elas, continua com altas constantes nos preços, a exemplo dos alimentos. Sendo assim, no momento é impossível afirmar que o Brasil esteja em tendência de deflação.



Fonte: IBGE / elaborado:DEPE

## IGP-M

O Índice Geral de Preços – Mercado – IGP – M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, variou 0,21% em julho/22. No ano, a alta chega a 8,39% e quando analisados os últimos doze meses esse aumento chega a 10,08%.

Essa desaceleração do IGP-M foi possível dados os crescimentos baixos e até deflação registrados no três subíndices componentes do IGP-M, que são o Índice de Preços ao Produtor Amplo - IPA, com variação de 0,21%; o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, com variação de - 0,28%; e o Índice Nacional de Custo da Construção Civil -INCC, com alta de 1,16%.

**Ricardo Reis, economista, mestrando em Economia Política pela PUC – SP**



## Crédito

### Sistema Financeiro Nacional

**Brasil: Quadro Resumo Saldo do Crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) : Junho / 2022**

	Item	Medida	Variação			Comentários	
			Mês (1)	Ano (1/2)	12 meses (1/2)		
Posição Geral	Saldo Crédito SFN (R\$)	R\$ 4.917,8 bilhões (1)	1,10%	5,24%	16,86%	Expansão projetada no mês	
	Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.999,9 bilhões (1)	0,80%	1,96%	10,57%	Crescimento equilibrado nos recursos livres e direcionados no mês.	
	Carteira Pessoa Física	R\$ 2.920,6 bilhões (1)	1,40%	7,73%	21,72%	mesmo crescimento projetado entre recursos livres e direcionados no mês.	
	Concessão (R\$)	-	2,60%	-	23,20%	Crescimento mensal na projeção Febraban no ajuste sazonal.	
Recursos	Livres	Saldo Total	R\$ 2.979,7 bilhões (1)	1,10%	6,79%	20,88%	
		Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 1.325,4 bilhões (1)	0,80%	3,86%	15,86%	
		Carteira Pessoa Física	R\$ 1.653,5 bilhões (1)	1,40%	9,20%	25,16%	
	Direcionados	Saldo Total	R\$ 1.940,1 bilhões (1)	1,10%	3,06%	11,29%	
		Carteira Pessoa Jurídica	R\$ 672,3 bilhões (1)	0,70%	-1,91%	1,13%	
		Carteira Pessoa Física	R\$ 1.267,3 bilhões (1)	1,40%	5,87%	17,52%	

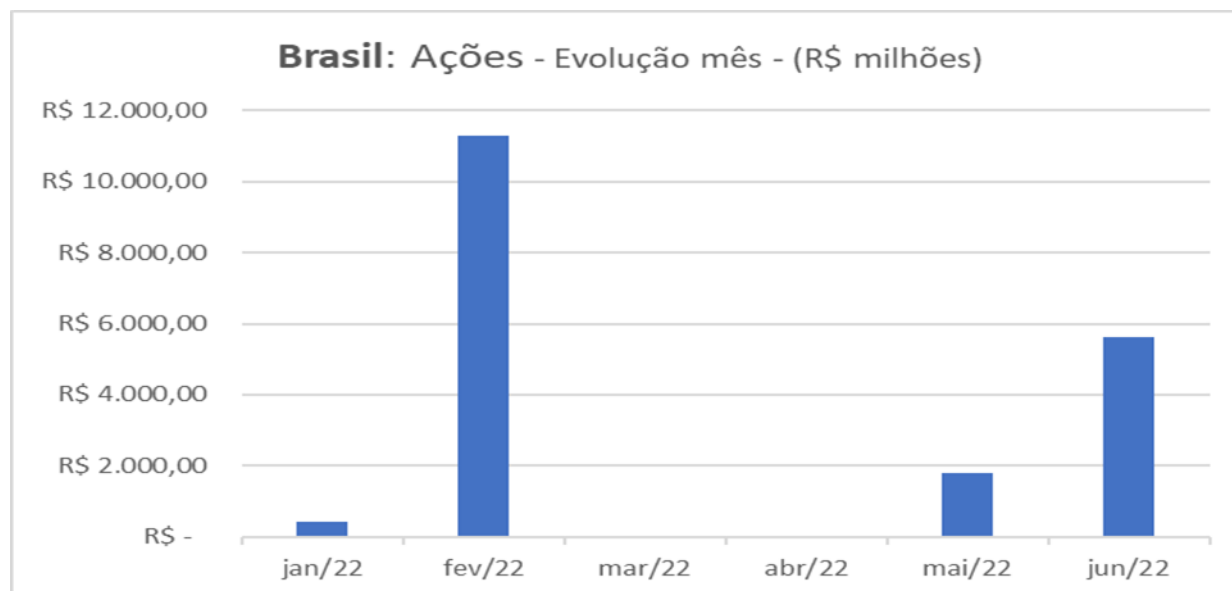
(1) Projeção com base na Febraban // (2) Relatório BCB referente à Mai/22

Fonte: BCB / Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e elaboração DEPE



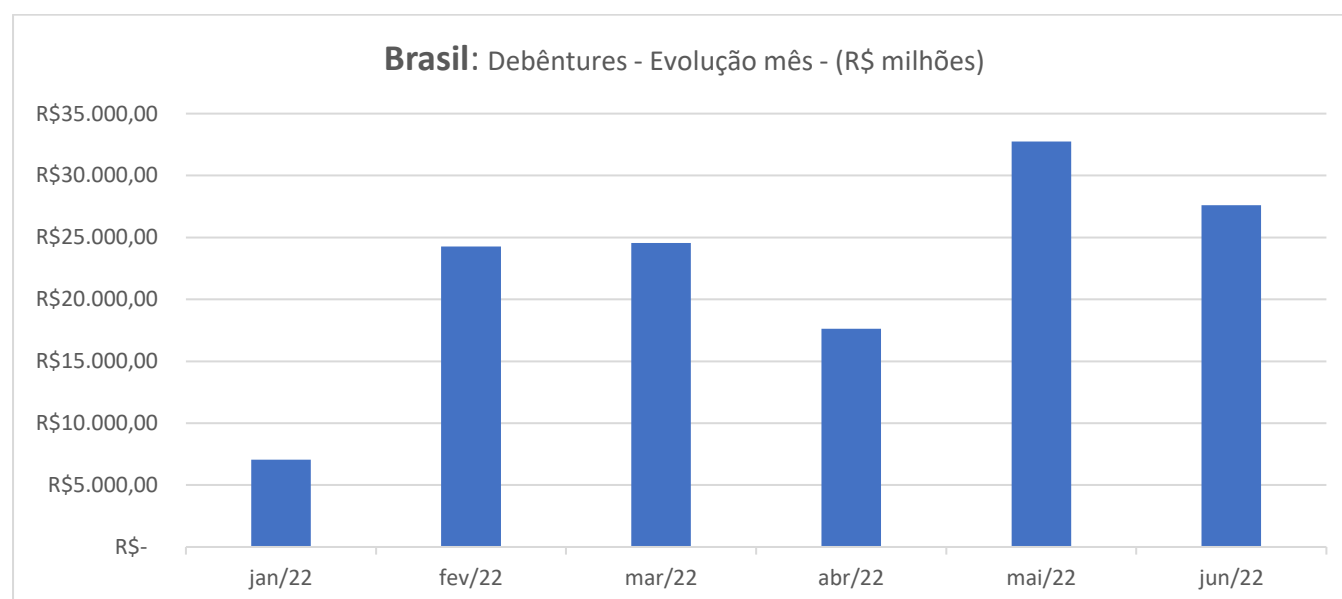
## Crédito: Mercado de Capitais

### Ações



Fonte: Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

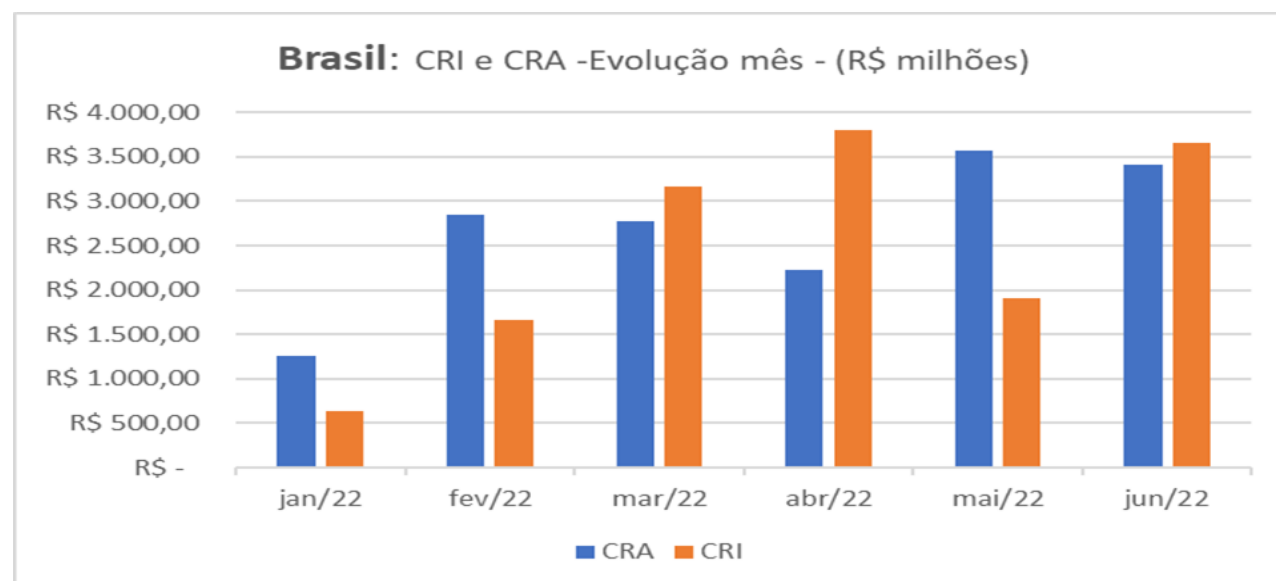
### Debêntures



Fonte: Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais



## Crédito: CRI e CRA



## Endividamento

### Brasil: PEIC - Pesquisa Endividamento do Consumidor

Endividamento das Famílias	jan/15	jan/19	jan/20	jan/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22
Famílias Endividadas (% do total de famílias)	57,5%	60,1%	65,3%	66,5%	76,1%	76,6%	77,5%	77,7%	77,4%	77,3%
Parcela média da renda comprometida com dívida, % dos endividados (% da renda)	29,5%	29,3%	29,4%	30,3%	30,1%	30,1%	30,0%	30,2%	30,4%	30,4%
Famílias com contas e/ou dívidas em atraso (% do total de famílias)	17,8%	22,9%	23,8%	24,8%	26,4%	27,0%	27,8%	28,6%	28,7%	28,5%
Não terão condição de pagar contas em atraso (% do total de famílias)	6,4%	9,1%	9,6%	10,9%	10,1%	10,5%	10,8%	10,9%	10,8%	10,6%

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo



## Brasil: PEIC - Pesquisa Endividamento e Inadimplência do Consumidor

### Tipo de dívida Por Instrumento

(% do total de famílias)

Instrumento de Crédito	Tipo de dívida (% do total de famílias)														
	jan/15	jan/16	abr/16	jan/17	jan/18	jan/19	jan/20	jan/21	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22
Cartão de crédito	71,4%	78,6%	77,9%	76,9%	77,4%	78,4%	79,8%	80,5%	86,0%	87,1%	86,5%	87,0%	88,8%	88,5%	86,6%
Cheque especial	5,3%	7,1%	7,8%	7,3%	5,0%	5,7%	6,5%	5,3%	5,9%	5,5%	5,7%	5,9%	5,9%	5,9%	5,7%
Cheque pré-datado	1,7%	1,7%	1,7%	1,7%	1,0%	1,3%	1,1%	0,9%	0,5%	0,5%	0,6%	0,6%	0,6%	0,7%	0,8%
Crédito consignado	3,6%	4,8%	5,8%	5,4%	5,4%	5,5%	5,5%	5,5%	6,5%	6,4%	6,5%	6,1%	5,6%	5,7%	5,5%
Crédito pessoal	10,2%	9,8%	10,5%	9,7%	9,9%	8,4%	7,4%	8,4%	9,3%	9,3%	9,2%	9,4%	9,4%	9,1%	8,8%
Carnês	18,4%	16,8%	15,4%	14,5%	16,9%	14,0%	15,9%	16,8%	20,6%	20,7%	19,9%	18,7%	18,2%	18,2%	18,3%
Financiamento de carro	14,3%	12,5%	11,9%	9,9%	11,0%	9,7%	10,9%	9,9%	12,6%	12,1%	11,7%	11,2%	11,2%	11,0%	10,8%
Financiamento de casa	8,3%	8,1%	7,5%	8,4%	8,4%	8,6%	9,3%	8,3%	9,5%	9,6%	9,1%	8,6%	8,3%	8,3%	8,0%
Outras dívidas	1,3%	2,4%	2,5%	2,3%	2,7%	2,6%	2,2%	1,6%	7,1%	5,4%	2,0%	2,1%	2,0%	1,8%	1,8%
Não sabe	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,8%	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo



## Taxa de Juros

### Brasil: Taxa de Juros Pessoa Física (%) a.a.

Período	Juros Comércio	Cartão de Crédito	Cheque Especial	CDC - bancos - financ. automóveis	Empréstimo pessoal	
					Bancos	Financeira
Junho / 22	86,26%	379,77%	150,14%	26,68%	59,18%	128,52%
Mai / 22	85,21%	371,25%	150,14%	26,68%	59,18%	128,52%
Abril / 22	84,36%	365,81%	148,76%	26,38%	58,27%	126,74%
Março / 22	83,73%	360,92%	147,38%	26,08%	57,54%	125,22%
Fevereiro / 22	82,90%	357,04%	145,46%	25,78%	56,81%	122,71%
Janeiro / 22	81,86%	354,15%	143,55%	25,05%	55,73%	121,21%
Dezembro / 21	81,03%	346,52%	141,39%	24,75%	54,65%	119,72%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

### Brasil: Taxa de Juros Pessoa Jurídica (%) a.a.

Período	Capital de Giro	Desconto de Duplicata	Conta Garantida
Mai / 22	23,58%	25,19%	144,91%
Abril / 22	23,00%	24,31%	142,20%
Março / 22	22,42%	23,58%	140,05%
Fevereiro / 22	21,27%	22,71%	137,38%
Janeiro / 22	20,70%	22,13%	135,27%
Dezembro / 21	20,13%	21,56%	132,65%

Fonte: Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

## Crédito: Análise

Mesmo com o final da greve dos funcionários do Banco Central do Brasil – Bacen – grande parte dos relatórios regulares, não retornou à divulgação nos prazos regulares. A última publicação disponível com os dados de crédito, estão com data base do mês de abril/22. Nesta medida, para a questão de crédito e do nível de endividamento alteramos nossas fontes primárias, porém, partindo dos últimos dados divulgados pelo Bacen. Para os dados do crédito, utilizamos alguns indicadores da área econômica da Federação Brasileira de Bancos - Febraban que cobre até 88% das linhas de crédito e projetamos para maio/22 e junho/22 a partir das últimas informações de abril/22 do Bacen.

O saldo do crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) em junho/22, apresentou um crescimento de 1,10% perante o mês anterior, o resultado nos últimos 12 meses foi de 16,86%, com crescimento mais significativo da pessoa física. O saldo consolidado foi de R\$ 4.917,8 bilhões nas



projeções realizadas.

Para as concessões, a projeção foi de avanço de 2,60% para o mês de junho/22 com ajuste sazonal e elevação de 23,20% no acumulado de 12 meses.

No mercado de capitais o primeiro semestre de 2022, consolidou as debêntures, como o maior volume de emissões dos títulos que o DEPE acompanha – debêntures, ações, nota promissória, CRA e CRI. Até junho/22, foram R\$ 133.845 milhões de debêntures emitidas representando 71,07% deste total.

A variação das debêntures no acumulado até junho/22 contra o mesmo período de 2021, apresentou uma evolução de 35,4%. O setor com mais emissões foi o de Energia Elétrica, com um total geral no semestre de R\$ 33.694 milhões. No mês de junho/2022 foram R\$ 27.608 milhões de títulos, liderado pela Brasil Telecom Comunicação Multimídia com R\$ 5.420 milhões.

As emissões de ações totalizaram no semestre de 2022 o valor de R\$ 19.162 milhões, recuo de 75% na comparação do mesmo período de 2021. O setor com melhor desempenho neste mesmo período foi o de Alimentos e Bebidas com R\$ 5.175 milhões. O mês de junho/22, foi o segundo melhor volume do ano com R\$ 5.637 milhões, cabendo a Eneva a liderança das emissões no mês com R\$ 4.200 milhões.

As emissões de CRI (Certificado de recebíveis imobiliários) e CRA (Certificado de recebíveis de agronegócio) no acumulado do primeiro semestre de 2022 foi de R\$ 30.959 milhões, um aumento de 30% na comparação do mesmo período de 2021, cabendo aos CRA's o maior volume, diferente do que ocorreu em 2021.

Como podemos analisar observando apenas esses títulos, há uma influência direta no comportamento das emissões, da elevação da taxa de juros de curto prazo por parte do Copom – Comitê de Política Monetária, que saiu de 2% na reunião de janeiro/2021 com aumentos sucessivos, chegando 13,75% na última reunião na primeira semana de agosto/22. Influenciou a queda vertiginosa das emissões de ações, bem como, o crescimento dos papéis de renda fixa.

Como foi alertado no início da análise, mesmo com o retorno ao trabalho dos funcionários do Bacen, alteramos também nossa fonte primária para o nível de endividamento. Utilizamos para o boletim DEPE do mês de agosto/22, a informação divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo que realiza mensalmente a Pesquisa Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC, que é o resultado de dados capturados em todas as capitais do país e no Distrito Federal em um amostra de aproximadamente 18 mil consumidores, sendo que em outubro de 2017 foi alterada a metodologia, o que levou a uma revisão da série histórica a partir de abril/2016.

De vários indicadores levantados na PEIC, destacamos dois grupos para nossa análise. O primeiro mostra o perfil da dívida das famílias, e para a primeira informação houve estabilidade nas famílias endividadas no mês de junho/22 frente ao mês anterior, ocorreu um recuo para 77,3%



perante 77,4% registrados anteriormente. A parcela média da renda comprometida com a dívida também ficou estável no patamar de 30,4% em junho/22 e o percentual das famílias com dívida em atraso chegou ao patamar de 28,5% quando em janeiro/15 esse percentual era de 17,8%, ou seja, o último dado disponível encontra-se mais de 10% acima do início da crise de 2015.

O segundo quadro mostra o percentual de endividamento das famílias por produto de crédito, e o que chama a atenção e é extremamente preocupante, pois, o principal instrumento de endividamento das famílias concentra-se no cartão de crédito que atingiu 86,6% em junho/22 com um recuo de quase 2% perante o mês anterior, porém, não significa um alívio na situação, principalmente quando comparamos contra 71,4% verificado em janeiro/15. A taxa de juros divulgada pela Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – Anefac para o mês de junho/22 foi de 379,77% para o cartão de crédito, ou seja, trata-se do juros mais alto cobrado entre os instrumentos de crédito para pessoa física e pessoa jurídica divulgados pela Anefac.

O quadro para o crédito no ano não se alterou e continua grave, pois, a expansão verificada nos últimos meses, ocorre em grande medida no segmento de pessoa física, com a elevação das taxas de juros por parte do Copom, combinado a um nível de endividamento das famílias elevado e redução da renda média das famílias, além disso, verifica-se dificuldade de obtenção de crédito das empresas de pequeno e médio. Esta fragilidade pode levar a um impasse no crédito nos próximos meses, mas, sobretudo para o próximo ano.

**Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;**

**Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP.**

## Contas Nacionais

---

## Contas Externas

### **Grande Grupo – Transações Correntes Balança comercial**

Com exceção de janeiro/22, a balança comercial de bens registrou saldos mensais superavitários até maio/22 – último mês contabilizado.

Em linhas gerais, neste ano, pode-se notar um desempenho positivo referente à balança comercial brasileira de bens, principalmente quando comparado com 2021 – que já foi um ano vigoroso para o setor exportador.

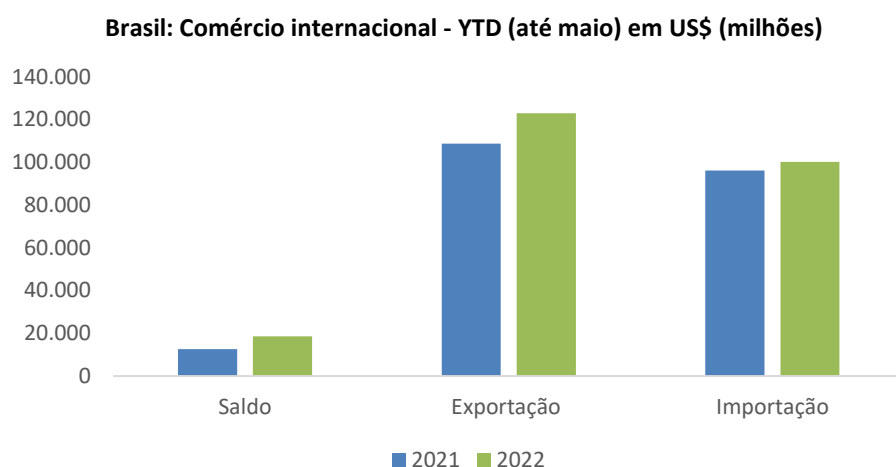
Quando analisado o acumulado dos cinco primeiros meses de 2022 contra o acumulado dos





cinco primeiros meses de 2021, o saldo comercial demonstra um aumento de 47,30%, as exportações aumento de 13,02% e as importações aumento de 4,02%.

Assim, nota-se que a melhora do saldo em 2022 em relação a 2021, até maio, foi determinada pelo crescimento mais acelerado das exportações que das importações. Nesse sentido, é possível atribuir o desempenho positivo das exportações ao efeito quantidade, tendo em vista que a taxa de câmbio média de janeiro/21 a maio/21 foi ficou em torno de 5,45 BRL/USD, enquanto a taxa de câmbio média de janeiro/22 a maio/22 ficou em torno de 5,07 BRL/USD. No entanto, o efeito preço também teve papel determinante, uma vez que a eclosão da guerra Rússia-Ucrânia impulsionou a valorização dos preços internacionais das commodities.



### Balança de serviços e Conta Renda

O déficit na conta de serviços somou US\$2,4 bilhões em maio/2022, aumento de 45,5% em relação a maio/2021. Contribuíram para esse resultado as despesas líquidas com viagens internacionais – que totalizou US\$718 milhões no mês, ante US\$139 milhões em maio/2021. Na mesma dinâmica, houve expansão significativa com despesas líquidas de transportes – que aumentaram de 167,6% na base interanual.

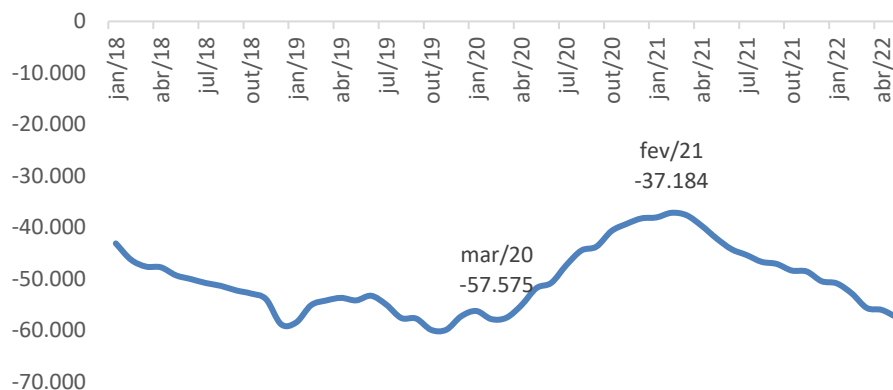
Já a conta renda primária (lucros, juros e dividendos), totalizou o déficit em US\$4,9 bilhões, aumento de 41,2% em relação a maio/2021, resultado esse motivado pelo aumento das despesas líquidas com lucros e dividendos, na mesma base de comparação, dado que as despesas com juros apresentaram decaimento.

Tendo em vista que o investimento direto no país também apresentou melhora no mesmo período, naturalmente, era esperado o aumento do déficit na conta renda primária.

De toda forma, é importante destacar que apesar da trajetória do déficit dessa conta ter demonstrado significativa melhora entre o acumulado móvel 12 meses de março/20 a fevereiro/21, diminuindo em mais de 35% nesse período, a partir do primeiro trimestre de 2021, a trajetória passa a se reverter, aprofundando os saldos deficitários para níveis maiores que no pré-pandemia.



**Brasil: Conta Renda Primária - Saldo  
Acumulado Móvel 12 Meses - em US\$ (milhões)**



### **Grande Grupo – Conta Capital/Financeira IDP e Capitais de Curto Prazo**

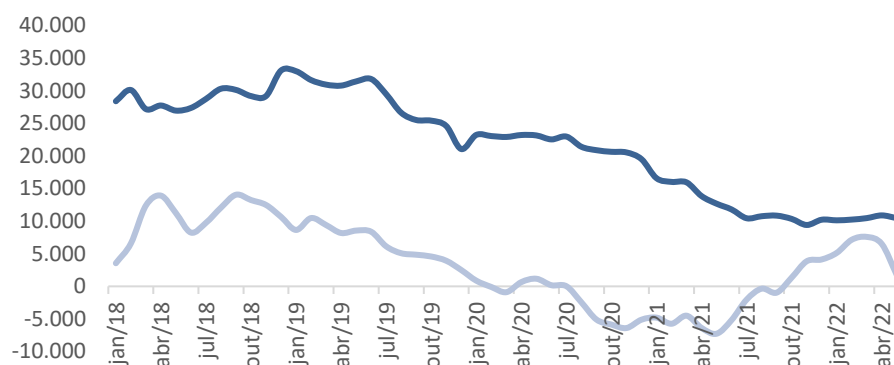
Os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) somaram US\$4,5 bilhões em maio/2022, ante US\$2,2 bilhões em maio de 2021.

Com o avanço do programa de vacinação e o quadro de pandemia mais controlado, é possível observar que o tanto os investimentos de médio prazo (IDP), quanto os de curto prazo (investimentos em carteira) apontam tendência de recuperação quando observado o acumulado móvel doze meses.

No entanto, os patamares observados ainda não retornaram no nível pré pandemia, sendo possível que ainda persistam em níveis aquém em relação a este período, dada a atual política de aperto monetário de diversos Bancos Centrais e que gerenciam grandes e desenvolvidas economias, como a norte-americana, a canadense, a europeia, a australiana e a sueca.



**Brasil: Investimento Direto no País - Líquido & Investimentos em Carteira Passivo - Líquido - acumulado móvel 12 meses - US\$ (milhões)**



### Reservas internacionais

As reservas internacionais somaram cerca de US\$346,4 bilhões no último mês encerrado, maio/2022.

Considerando que a maior parte das reservas estão alocadas em títulos da dívida pública norte-americana (US treasury bonds), chama atenção os benefícios que as nossas reservas devem vir a desfrutar do ciclo de alta da taxa básica de juros dos Estados Unidos, iniciado em março/22.

Por outro lado, com esse ciclo já em vigor e com a sinalização por parte do presidente do FED – Jeremy Powell – que o combate à inflação deve ser prioridade – é provável que nossas reservas venham a ser mais beneficiadas ainda.



Isadora Teixeira Araújo, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;



## Política

---

Ano par – Ano Eleitoral

Podemos colocar como um dos suportes da democracia liberal a prática de eleições livres, em outras palavras, trata-se do acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população.

Sendo importante ressaltar a periodicidade dessas eleições que devem ocorrer com uma livre concorrência dos candidatos aos votos das pessoas habilitadas.

Posto isso, não parece condizente que uma parte da sociedade venha a ter como principal atividade a política. Estamos acostumados a escrever no item profissão: economista, advogado, engenheiro, feirante, guarda noturno entre outras mas dificilmente alguém coloca político.

Os parágrafos parecem ser contraditórios, uma pessoa se ausenta da sua profissão para servir ao estado por um prazo determinado pode não parecer a melhor opção, mas se olharmos com cuidado a frase: “acordo institucional”, veremos que existem uma série de regras não escritas que tentam barrar aventureiros de assumir posições altas de decisões.

O maior exemplo disso, que em mais de duzentos anos de história os EUA só tiveram um presidente – Donald Trump (2017~2021) - que foi eleito sem nunca ter ocupado cargos. No Brasil desde as eleições de 1989 todos os eleitos tinham experiência prévia seja como governador (Collor – 1989), senador (FHC – 1994 e 1998, Itamar - 1993), deputado (Lula – 2002 e 2006, Temer – 2016, Bolsonaro – 2018) ou ministra (Dilma – 2010, 2014, Temer e FHC)

Entretanto desde os protestos de 2013 muitos colocaram em xeque esse sistema e apoiados por pessoas de dentro do sistema, conseguiram cortar caminhos e entrar nas posições de decisões políticas. A campanha do deputado Jair Bolsonaro, apoiou-se em parte nesta insatisfação para garantir sua eleição. Temer antes disso, surfou na onda do anti-política focada na oposição ao governo e por um impeachment assumiu a presidência, o segundo impedimento de um presidente.

A diferença entre ambos processos congressuais pode ser verificada na ascensão das lideranças ao congresso na eleição seguinte.

A eleição que se aproxima começou com um início da queda desses grupos com processos de cassação de deputados ou adesão dos eleitos a grupos políticos estabelecidos anteriormente e pode ser medida nas opções colocadas a disposição dos candidatos a presidência só um disputa a primeira eleição, até mesmo no partido que disputa a presidência pela primeira vez, tem um candidato veterano que já tentou duas vezes ser eleito em outras duas oportunidades.

E isso não ocorre apenas na disputa federal, em São Paulo, apenas dois candidatos a governador estão na primeira eleição e somente uma candidata a senadora.



Resta saber se os políticos eleitos na última onda anti-política conseguem manter seus votos, se novos atores serão alçados a liderança ou se teremos a volta da política partidária como base de sustentação.

**Cassio Oliveira bacharel em RI e mestrando Economia PUC-SP**

## Economia de Francisco

---

### Cesta Básica

A preocupação com o custo da alimentação é uma questão que permeia as relações sociais há séculos e motivos de constantes embates e discussões em pautas sindicais, pois tem impacto direto na possibilidade ou não de subsistência do trabalhador face um determinado nível de renda. No Brasil, a Cesta Básica foi definida pelo Decreto Lei nº 399 de 1938 e vigora até os dias de hoje, dizendo quais produtos e suas respectivas quantidades são necessárias, por regiões, para garantir o nível mínimo de alimentação necessária. Dessa maneira, desde 1959 o DIEESE passou a realizar o levantamento do custo da Cesta Básica de Alimentos.<sup>1</sup>

### Cesta Básica Mensal

No mês de julho/22 o preço da cesta básica apresentou queda em 10 das 17 capitais onde atualmente a pesquisa é realizada pelo DIEESE. As maiores quedas se deram em capitais do Nordeste, com destaque para Natal (-3,96%), João Pessoa (-2,40%) e Fortaleza (-2,37%). Das 7 capitais onde o preço aumentou na passagem do mês, destaca-se Vitória (1,14%), Salvador (0,98%) e Brasília (0,80%).

Apesar da queda na maioria das localidades pesquisadas, na variação em 12 meses o preço da cesta básica apresenta alta de 11,07% (Aracaju) a 26,46% (Recife). No acumulado do ano o cenário também é de alta generalizada, de 5,85% (Vitória) a 15,83% (Recife).

O maior preço foi verificado novamente em São Paulo (R\$ 760,45) e, tomando por base a cesta básica mais cara e comparando ao salário mínimo nacional líquido (deduzida a parcela da Previdência Social) um trabalhador na capital paulista que tenha como remuneração o piso nacional comprometeu em julho/22 67,83% da sua renda para adquirir uma Cesta Básica. Na média em julho de 2022 essa relação ficou em 59,27%, pouco abaixo dos 59,68% de junho de 2022.

O tempo médio de trabalho para adquirir a cesta em julho de 2022 foi de 120 horas e 37 minutos. No mesmo mês do ano passado essa relação era de 113 horas e 19 minutos. Abaixo temos

---

<sup>1</sup> Para mais informações metodológicas ver Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, disponível em <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>



os dados para as 17 capitais onde a Cesta Básica é pesquisada atualmente:

**TABELA 1**  
**Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**  
**Custo e variação da cesta básica em 17 capitais**  
**Brasil – Julho de 2022**

<b>Capital</b>	<b>Valor da cesta</b>	<b>Variação mensal (%)</b>	<b>Porcentagem do Salário Mínimo Líquido</b>	<b>Tempo de trabalho</b>	<b>Variação no ano (%)</b>	<b>Variação em 12 meses (%)</b>
São Paulo	760,45	-2,13	67,83	138h02m	10,13	18,73
Florianópolis	753,73	-0,88	67,23	136h49m	9,31	15,17
Porto Alegre	752,84	-0,18	67,15	136h39m	10,24	14,60
Rio de Janeiro	723,75	-1,28	64,56	131h22m	8,63	16,48
Campo Grande	707,00	0,62	63,06	128h20m	10,23	20,07
Brasília	703,93	0,80	62,79	127h47m	13,25	20,88
Vitória	700,75	1,14	62,51	127h12m	5,85	14,42
Curitiba	688,78	-1,78	61,44	125h02m	9,60	11,12
Goiânia	672,91	-0,17	60,02	122h09m	12,67	19,71
Belo Horizonte	652,07	0,51	58,16	118h22m	7,75	18,67
Fortaleza	641,46	-2,37	57,22	116h26m	10,78	13,97
Belém	633,14	0,14	56,47	114h56m	13,70	21,14
Recife	616,63	0,70	55,00	111h56m	15,83	26,46
Natal	587,58	-3,96	52,41	106h40m	10,96	16,01
Salvador	586,54	0,98	52,32	106h28m	13,19	21,54
João Pessoa	572,63	-2,40	51,08	103h56m	12,10	16,32
Aracaju	542,50	-1,35	48,39	98h28m	13,48	11,07

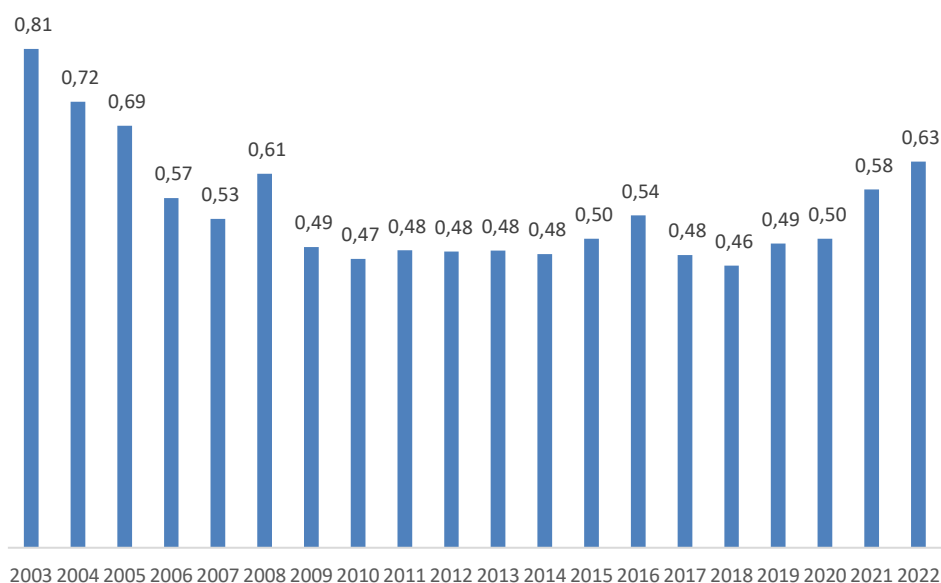
Fonte: DIEESE

Abaixo temos a relação da Cesta Básica em São Paulo e o Salário Mínimo Nacional vigente, ambos para julho de cada ano. Nota-se que após constante melhora no indicador (ou seja, quanto menos a Cesta Básica custar com relação ao salário mínimo, melhor) no início da década de 2000, essa relação havia ficado abaixo ou igual a 0,50 de 2009 a 2015.

A partir de 2020 essa relação só tem se deteriorado, chegando agora em 0,63, a pior marca de desde 2005, conforme gráfico abaixo, evidenciando que tanto o preço dos alimentos tem subido em demasia, quanto a política de valorização do salário mínimo tem feito falta para fazer frente ao desmonte da política de regulação de estoques de alimentos e outras políticas públicas que poderiam amenizar a subida de preços dos alimentos, mas que não são levadas em conta pelos liberais do atual governo, deixando ao sabor das força de mercado o comportamento de variáveis chaves da economia e encarecendo aquilo que é o básico para a subsistência das pessoas:



**GRÁFICO 1**  
**Relação entre valor da Cesta Básica em São Paulo e Salário Mínimo Nacional vigente**  
**Julho dos respectivos anos – 2003 a 2022**



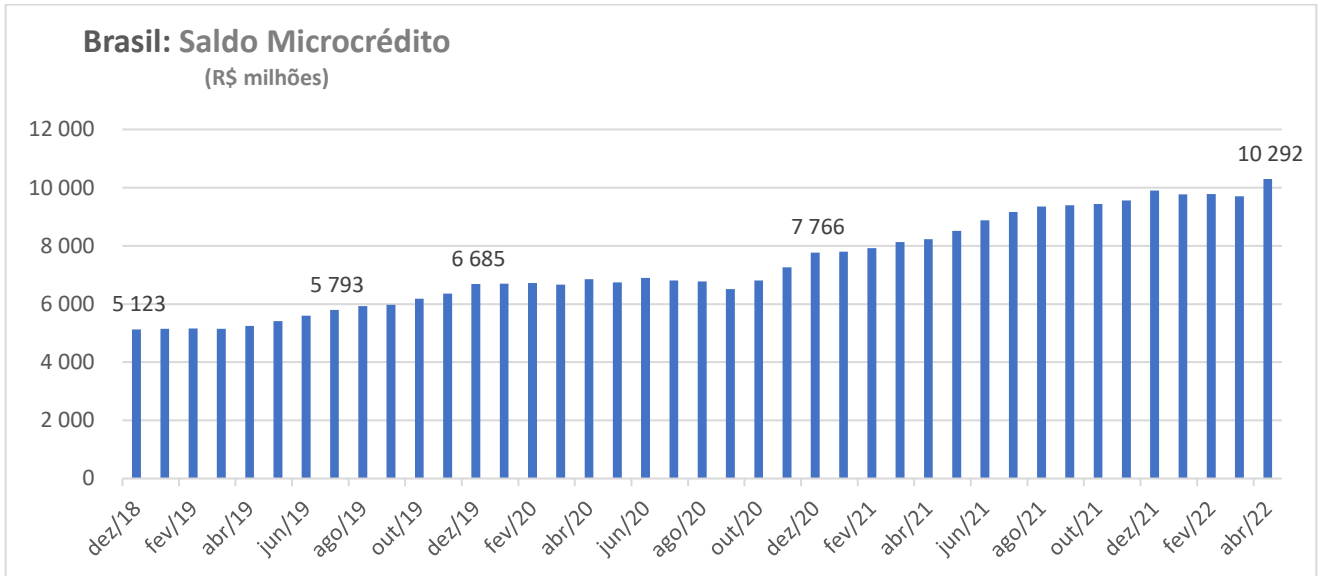
Fonte: DIEESE

Elaboração: DEPE

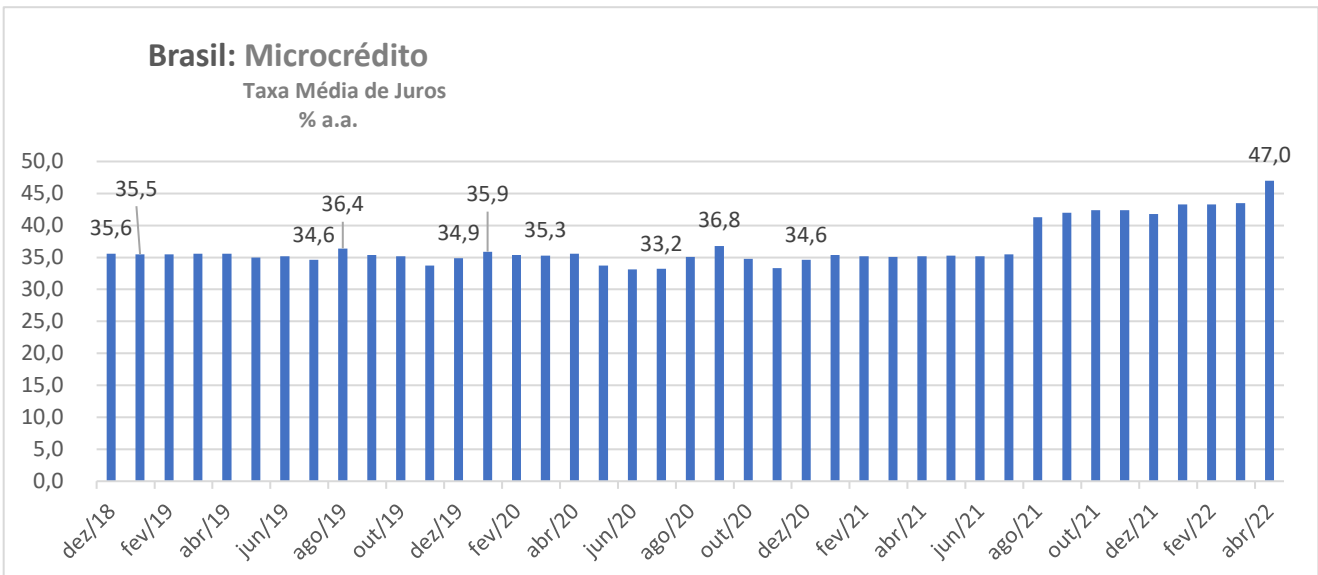
## Microcrédito

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) tem dentre suas funções básicas, aquecer a geração de trabalho e renda para os microempresários, explorando os dados apresentados nos gráficos abaixo, de saldo e taxa média de juros mensais do microcrédito, observamos que o saldo do microcrédito em junho/22 ficou em R\$ 10.292 milhões, elevação de 6,0% frente ao mês. É a primeira vez que o saldo do microcrédito ultrapassa os dez bilhões de reais.

Quanto a taxa de juros cobrada, ocorreu uma elevação significativa de 3,5 p.p. na comparação com o mês anterior, ficando a taxa média cobrada em no patamar de 47,0% a.a., esta taxa é reflexo das sucessivas elevações da Taxa Selic decididas pelo Comitê de Política Monetária (Copom) desde janeiro 2021.



Fonte: BCB



Fonte: BCB

**Ana Claudia Del Ciel, mestra em Serviço Social pela PUC-SP****Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP****Rodolfo Viana, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP**





## Expediente

1.

Boletim DEPE, Ano VII, n.50.

**Professor responsável:** Antonio Corrêa de Lacerda, Prof. Dr. - PUCSP

### Equipe de redação:

Ana Claudia Del Ciel, mestranda em Serviço Social pela PUC-SP;

Ana Paula Negreli Persici Vassallo, advogada e mestre em Economia Política pela PUC-SP

Andrey G. Barbato, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP (Coordenador);

Cassio Oliveira bacharel em RI e mestrando Economia PUC-SP;

Isadora Teixeira Araújo, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Marcelo Eisenhower Farias, economista pela PUC-SP, com MBA em finanças (IBMEC) e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Miguel Huertas Neto, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Ricardo Reis, economista, mestrando em Economia pela PUC – SP;

Rodolfo Viana, economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP;

Rosângela de Medeiros Marques, graduada em economia pela PUC-SP;

### Grupo de Pesquisas em Desenvolvimento Econômico e Política Econômica (DEPE)

Programa de Pós Graduação em Economia Política da PUC-SP (PEPGEP) Rua

Ministro Godoi, 969, 4º andar, sala 4E17, Perdizes, São Paulo/SP

Tel. 11-3670-8516

E-mail [ecopol@pucsp.br](mailto:ecopol@pucsp.br); [boletimdepepucsp@gmail.com](mailto:boletimdepepucsp@gmail.com)

Site <http://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/economia>

**Edição elaborada com informações disponíveis até 15/08/2022.**